

Fls. Nº 06
Proc. Nº 9090/20
Rubrica N
Paço do Lumiar-MA

ESCOLA COMUNITÁRIA VEREADOR ALMEIDA

PROPOSTA PEDAGÓGICA

**PAÇO DO LUMIAR -MA
2019**

Fls. Nº 02
Proc. Nº 9090/20
Rubrica 15
Paço do Lumiar-SP

DADOS INSTITUCIONAIS

MANTENEDORA: UNIÃO DOS MORADORES DO PARQUE BOB KENNEDY

MANTIDA: ESCOLA COMUNITÁRIA VEREADOR ALMEIDA

RESOLUÇÃO Nº, INEP: 21278849

Fls. N° 08
Proc. N° 9090/20
Rubrica M
Paço do Lumiar-MA

**"a educação é a arma mais poderosa que você
pode usar para mudar o mundo."**

Nelson Mandela

Sumário

Fls. Nº 09
Proc. Nº 9090/20
Rubrica M
Paço do Lumiar-MA 3

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	6
3. CONCEPÇÃO DE PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	8
4. OBJETIVOS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	9
5. CONCEPÇÃO DE MUNDO E DE HOMEM QUE SE DESEJA FORMAR.....	10
6. PRINCÍPIOS E VALORES QUE DEVEM ORIENTAR O MUNDO.....	11
7. CONCEPÇÃO DE HOMEM.....	15
8. CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	18
9. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	21
10. PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS.....	25
11. PRESSUPOSTOS PSICOLÓGICOS.....	26
12. PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS.....	28
13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	30
14. SUGESTÕES DE ATIVIDADES.....	36
15. TRABALHO COM HISTÓRIA E LIVRO INFANTIL.....	38
16. TRABALHO COM POESIA.....	39
17. CRIANÇA E O MOVIMENTO.....	40
18. NATUREZA E SOCIEDADE.....	46
19. A CRIANÇA E A MATEMÁTICA.....	51
20. GRANDEZAS E MEDIDAS.....	55
21. ESPAÇO E FORMA.....	56
22. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS.....	57
23. A CRIANÇA E A MÚSICA.....	58
24. ARTES VISUAIS.....	60
25. APRECIÇÃO EM ARTES VISUAIS.....	64
26. METODOLOGIA.....	66
27. PLANEJAMENTO.....	68
28. ROTINA.....	71
29. PROJETO.....	72
30. AVALIAÇÃO.....	73
31. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ATIVIDADE.....	78
32. ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	77
33. CRIANÇA E AS ARTES.....	79
34. REFERÊNCIAS.....	84

1. INTRODUÇÃO

Atendendo às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que estabelece, pela primeira vez na história do nosso país, que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, objetiva-se com esta proposta auxiliar a realização do trabalho educativo diário junto às crianças desse nível de ensino.

Sabe-se que as creches e pré-escolas estão em um momento de transição na busca de uma ação integradora que incorpore às atividades educativas aos cuidados essenciais das crianças no seu desenvolvimento Cognitivo, Psicológico, Físico e social, complementando a ação da família e da comunidade, como rege o art. 29 da LDB.

Nesse sentido, a creche e a pré-escola têm, portanto, uma função de complementação e não de substituição da família como muitas vezes foi entendido. Assim, elas deverão integrar-se com a família e com a comunidade para que juntas possam oferecer o que a criança necessita para seu desenvolvimento e para a sua felicidade. O Preâmbulo da Declaração dos Direitos da Criança, das Nações Unidas, afirma que a humanidade deve às crianças o melhor dos seus esforços. A Constituição Federal determina:

Art. 22. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, como absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim nem os pais, nem as instituições de atendimento, nem qualquer setor da sociedade ou do governo poderão fazer com as crianças o que bem entenderem ou o que considerarem válido. Todos são obrigados a respeitar os direitos definidos na constituição do país que reconheceu a criança como um cidadão em desenvolvimento.

Portanto, com base no art. 227 da Carta Magna de 1988, a Proposta Curricular da Educação Infantil busca um rumo, uma direção, um compromisso definido coletivamente entre professores, equipe técnicas, alunos, pais e a comunidade como um todo. Por isso, toda proposta Pedagógica é, também, um projeto político, por estar

intimamente articulado ao compromisso sociopolítico e aos interesses reais e coletivos da população majoritária.

[...]Na dimensão pedagógica, reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias as escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (Veiga, 1995 p.37)

A proposta, em referência, visa nortear a Escola Comunitária **VEREADOR ALMEIDA** no que tange à organização da Educação Infantil, tomando como foco o currículo escolar, abrangendo os pressupostos, as funções de alguns profissionais, a concepção e os objetivos das áreas de conhecimento, a formação de competências, orientação metodológicas, bem como a avaliação da aprendizagem.

Para assegurar a implantação da proposta, definiram-se Estratégias de implantação, assim como diretrizes de acompanhamento e avaliação, com vistas a garantir condições básicas necessárias à sua execução.

Desse modo, a Escola Comunitária **VEREADOR ALMEIDA** possibilita a inclusão das crianças de 3 anos na creche e 4 e 5 anos na pré-escola (1º e 2º período respectivamente), conforme determina a Lei de ampliação do Ensino Fundamental de 9(nove) anos, Lei 11.274/2006, que altera o artigo 32 da nova LDB.

Ao tratar da inclusão das crianças de 3 anos na creche e de 4 e 5 anos na pré-escola, a Escola Comunitária **VEREADOR ALMEIDA** baseia-se e fundamenta-se na (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, que determina a Educação Infantil para no mínimo 2 anos de duração.

Nesse sentido, entende-se como necessário no sistema de ensino desta escola, um processo de reorganização da política educacional que possibilite o desenvolvimento integral do educando em todos os aspectos.

Uma proposta curricular deve constituir-se em uma comunicação de intenções, princípios e diretrizes, considerados essenciais para o desenvolvimento das atividades, oferecendo informações sobre o que ensinar (conteúdo); para que ensinar (objetivo); como ensinar (metodologia); quando ensinar (período de planejamento) e como avaliar (essa avaliação não poderá ter caráter de aprovação ou reprovação); Deve estar permanentemente aberta à discussão e a crítica e em contínuo processo de avaliação e reconstrução, podendo ser alterada, complementada e recriada.

A adoção de um ensino de qualidade aos alunos de 5 (cinco) anos de idade constituem-se em uma poderosa ferramenta para elevação da qualidade da educação, pois, significa a universalização do atendimento às crianças de 3 a 5 anos da Educação Infantil. Com a nova política de educação para a pré-escola, o educador tem mais tempo para desenvolver as competências e habilidades que o aluno precisa para aprender, e a escola terá condições de planejar seu trabalho e propiciar experiências pedagógicas e culturais a todas as crianças de modo a garantir uma aprendizagem significativa.

Esta proposta não pretende constituir-se num modelo rígido e obrigatório de currículo, mas em um referencial capaz de unir esforços e ações na busca da melhoria da qualidade de educação, devendo tornar-se um instrumento de apoio às discussões e a prática pedagógica que se processam na escola.

Nessa perspectiva, este documento se reveste de grande importância como norteadora da ação pedagógica, visando contribuir para o planejamento, desenvolvimento e avaliação das práticas educativas em execução no interior das instituições de ensino voltadas para Educação Infantil desta instituição.

O projeto pedagógico refere-se às escolhas de princípios, intenções e ações educativas da instituição escolar; é orientado pela escolha de valores que o sustenta. Essas escolhas estão pautadas na reflexão filosófica da educação que revela uma concepção de mundo e de homem e uma concepção de ensino-aprendizagem coerente.

2. CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Matrícula e faixa etária:

- ✓ **Creche-** para crianças de 3 (três) anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso;
- ✓ **Pré-Escola I-** para crianças de 4 (quatro) anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso;
- ✓ **Pré-Escola II-** para crianças de 5 (cinco) anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso.
- ✓ A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.
- ✓ As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

Jornada:

É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias, o que compreende a dinâmica de desenvolvimento e oferta da Educação Infantil na Escola Comunitária **VEREADOR ALMEIDA** respeitando as prerrogativas determinadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

Princípios

As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

Fls. Nº 24
Proc. Nº 9090/20
Rubrica M
Paço do Lumiar-MA

✓ Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

✓ Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

✓ Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

3. CONCEPÇÃO DE PROPOSTA PEDAGÓGICA

Na observância das Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- ✓ Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- ✓ Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a Educação e cuidado das crianças com as famílias;
- ✓ Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- ✓ Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- ✓ Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

4. OBJETIVOS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Fls. Nº 17
Proc. Nº 9090/20
Rubrica M
Paço do Lumiar-MA

5. CONCEPÇÃO DE MUNDO E DE HOMEM QUE SE DESEJA FORMAR

Concepção de mundo

Que princípios e valores devem caracterizar a identidade terrena?

Que mundo idealizamos?

Que consciência esse mundo precisa preservar?

Que pensamentos devem orientar essa construção?

6. PRINCÍPIOS E VALORES QUE DEVEM ORIENTAR O MUNDO

A Justiça

Na relação de igualdade e equidade;

A Ética

Por decisão livre e consciente, favorecer as condições de uma vida desejável para todos, pautada na possibilidade de realização individual e coletiva ao mesmo tempo;

A Estética

Valorizando as belezas naturais e preservando-as; criando ambientes colhedores: organizados, limpos, harmoniosos; valorizando as produções artísticas em suas diferentes modalidades, entendendo que a sensibilidade complementa a racionalidade; valorizando escolas planejadas, esteticamente pensadas, com espaços que tragam bem-estar e qualidade de vida;

A Liberdade

Como pressuposto do desenvolvimento humano, relacionando-a à responsabilidade; mantendo a relação indissociável entre o indivíduo e o outro;

A Democracia

Para que haja compatibilidade entre as liberdades individuais e a organização social pautada no bem comum; com um sistema de representação política e um modelo de exercício de poder menos centralizador; com conceito de hierarquia e autoridade legitimado; estimulando a participação comprometida e responsável;

A Paz

Entendendo que os conflitos são inerentes ao desenvolvimento humano e à vida social e são fontes de crescimento, mas que as diferenças não devem ser resolvidas

com a violência, mas com respeito, tolerância, diálogo e ações coerentes e eficazes à solução dos conflitos.

Com consciência:

Antropológica

Que reconhece a unidade na diversidade; que valoriza as múltiplas competências na perspectiva da diversidade compartilhada e não na direção da desigualdade;

Ecológica

Que reconhece a biosfera como o habitat de todos os seres mortais, nutrindo valores de boa convivência e equilíbrio;

Social terrena

De pertencimento mútuo que nos une à nossa Terra, baseada na responsabilidade e solidariedade com os filhos da Terra; de identidade genética, cerebral, afetiva comum presente em nossas diversidades individuais, culturais e sociais; de reconhecimento da identidade terrena onde partilhamos um destino comum, pois o mundo torna-se cada vez mais um todo, cada parte do todo faz parte do mundo, trazendo a sua singularidade, e o mundo está cada vez mais presente em cada uma de suas partes, sem homogeneizar;

Sobre a Globalização

Na busca por somar, compartilhar, multiplicar e não dividir; com a intenção de quebrar as fronteiras que delimitam o poder, o individualismo, as desigualdades, a nacionalidade ultrapassada; que respeite a pluralidade cultural, étnica, ideológica, religiosa; que as sociedades não interiorizem modelos externos indiscriminadamente, mas reflita sobre eles, processe e insere à sua realidade o que for significativo para ela;

Da Condição Humana

Vista de maneira complexa, sendo objeto de todo o ensino com base numa educação inserida no contexto que se apresenta.

Com pensamento:

Complexo e Sistêmico

Um pensar universal, integrado e interdependente, com conexão entre as partes e o todo, atendendo o princípio da complementariedade; que estabelece relações múltiplas e em rede;

Sustentável

Que estruture os padrões de consumo, respeitando a capacidade de suporte dos ecossistemas, sendo responsável com as próximas gerações;

De Preservação

Valorizando o patrimônio histórico, cultural, intelectual e apresentando-o às novas gerações;

De Inovação

Abrindo espaço para as novas conquistas, ideias e mudanças nos diversos setores da sociedade;

Científico

Estimulando os estudos e as pesquisas que geram conhecimentos sobre o mundo físico, biológico, econômico, social, político, a fim de melhorar a condição da vida humana, sua maneira de pensar e a sua realização terrena; que articule as informações para que gerem conhecimentos e que articule conhecimentos para que gerem sabedoria;

Tecnológico

Estimulando os estudos e as pesquisas que aperfeiçoam e criam novas tecnologias, com a consciência de que são instrumentos poderosos, meios eficientes para os fazeres e para novas descobertas;

Humano

Estimulando os estudos e as pesquisas que contribuem com o conhecimento e a valorização dos aspectos do *eu*, da existência, do funcionamento das capacidades humanas, além do cognitivo, incluindo o mundo psicológico, o mundo das emoções; abordando o desenvolvimento da personalidade individual e moral, a busca pelo sentido da vida, a busca da felicidade, tratando dos aspectos corporais, emocionais, relacionais, espirituais; possibilitando as diversas formas de expressão humana;

Cultural

Valorizando o patrimônio da humanidade e das diferentes sociedades sobre os saberes, fazeres, crenças e mitos adquiridos e transmitidos de geração em geração, levando em conta a memória e os diversos documentos que mostram a cultura; estimulando as produções artísticas, literárias e arquitetônicas de cada localidade, valorizando-as porque permitem complementar o olhar sobre o homem e sobre mundo.

Ter essa consciência sobre o mundo nos encaminha à reflexão sobre a importância e a responsabilidade da Educação em ensinar a identidade terrena à nova geração e, ao mesmo tempo, ensinar a condição humana, desenvolvendo competências que capacite a nova geração a dar continuidade à construção desse mundo, buscando melhores soluções para os problemas e aproximando todas as partes no sentido de contribuir, mas também de usufruir as conquistas do todo.

7. CONCEPÇÃO DE HOMEM

Que Condição Humana?

A autonomia é uma construção feita ao longo de toda a vida e é imprescindível à condição humana, mas precisa de uma educação e de um ensino que a desenvolva. Para isso é preciso considerar o ser:

Pensante

Que constrói para si significados de qualidade sobre os conhecimentos historicamente construídos, de forma coerente e consistente em ideias, modelos, teorias e práticas; que constrói o conhecimento de forma bem estruturada logicamente, com maior apoio nas evidências, com maior riqueza de dados e relações, com diversidade criativa para entender a complexidade das situações e buscar soluções coerentes; com capacidade e atitude de aprender ao longo de toda a vida em situações cada vez mais mutantes; com pensamento sistêmico integrando relações em rede; curioso, criativo, crítico e autocrítico, argumentativo, questionador, reflexivo; com capacidade de discernir sobre as inúmeras informações disponibilizadas, selecionando as mais relevantes, priorizando-as para uso adequado no contexto; que sabe buscar e manejar informação, organizá-la, reformulá-la e avaliá-la diante de critérios debatidos e comensurados para a situação; com repertório significativo de conhecimentos em diversas áreas, em constante aperfeiçoamento e com a capacidade de interligá-los; com capacidade de discernir sobre os princípios e valores que fundamentam as ideias contidas nos textos, nas mídias, nos projetos...; com compreensão crítica; com equilíbrio entre a competência intelectual e a emocional; que reflete sobre os valores que a sociedade oferece, sobre as qualidades das pessoas e escolhe os valores e as virtudes que quer para si e para sua vida; que é capaz de definir seu projeto de vida ao longo do tempo.

Atuante

Que utilize toda a bagagem de conhecimento, as competências desenvolvidas e os valores escolhidos para orientar as suas atitudes; não ter medo de errar e aprender com os erros; saber se comunicar de maneira compreensível, passando com clareza as ideias; buscar coerência entre o discurso e as ações; ser verdadeiro; saber falar e ouvir; ser participativo e responsável com sua participação; trabalhar em grupo cooperativamente; tentar soluções criativas; buscar o exercício do protagonismo e menos da vitimização; agir com respeito a si mesmo cuidando de sua saúde física e mental; orientar as suas ações sociais por valores morais e éticos; saber liderar situações construtivas; opinar, saber defender as suas ideias, argumentar, sugerir ideias ou encaminhamentos; ser capaz de expressar conhecimentos e sentimentos de forma construtiva; ter disposição para corrigir-se quando agir inadequadamente ou incorretamente; ter atitude colaborativa e cooperativa; ter iniciativa; prontificar-se a fazer, a realizar, a atuar, a agir, a viver para aprender e não parar no campo do pensamento; conquistar o seu espaço social pela coerência da atuação.

Cidadão

Íntegro, que respeite a si mesmo e aos outros, solidário, capaz de integrar seu projeto pessoal com o coletivo, que respeite as leis naturais e sociais, consciente de ser construtor da história pessoal e coletiva, cidadão local e do mundo, esperançoso e atuante nas transformações sociais, que valoriza o patrimônio coletivo, que cuida da preservação do ambiente, que saiba resolver conflitos com diálogo, que aceita e integra as diferenças, atento aos acontecimentos do mundo, que expresse opinião construída pelo estudo consciente da questão ou do contexto para tomar posição baseada em argumentos, que tenha consciência de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos.

Todos esses princípios e valores nos remetem a uma concepção de **EDUCAÇÃO** e à escolha de uma **PROPOSTA PEDAGÓGICA** que revela esta concepção de **ENSINO-APRENDIZAGEM**:

Acreditamos que o conhecimento, construído historicamente, deve ser apresentado à nova geração (ensino), não como simples transmissão, estático e

Fls. Nº 24
Proc. Nº 9090/20
Rubrica M
Paço do Lumiar-MA

acabado, mas de maneira viva, que possibilite ser reconstruído dentro de cada ser aprendiz, dando-lhe a chance do desenvolvimento dos princípios, valores e competências essenciais para assumir a construção da sua vida pessoal, para a inserção social e que garanta a continuidade da construção da história humana.

8. CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A partir da concepção de mundo e de homem, que tem como uma de suas características a transformação constante, a Escola Comunitária **VEREADOR ALMEIDA** sempre buscou ressignificar a sua concepção de ensino e aprendizagem, alinhada às necessidades de uma educação atualizada.

A educação, inclusive a educação escolar, acontece num contexto histórico-social - que inclui elementos culturais, políticos, econômicos e tecnológicos. Quando esse contexto se altera, é inevitável que a escola se altere também, sem perder de vista seus princípios fundadores que permanecem e são a essência, o sentido de educação para esta Escola.

Coerente com as concepções de mundo e de homem a Escola Comunitária **VEREADOR ALMEIDA** desenvolve a sua proposta pedagógica embasada na concepção sociointeracionista e construtivista do conhecimento.

Nessa concepção, tanto os indivíduos como os grupos de indivíduos constroem ideias sobre o significado e o funcionamento do mundo. A forma pela qual os indivíduos dão sentido ao mundo varia amplamente e os pontos de vista individuais e coletivos mudam com o tempo. A postura sociointeracionista da construção do conhecimento acredita que o homem é dotado de uma consciência reflexiva, que lhe permite construir seus conceitos de realidade e alterá-la. O homem e, portanto, o aluno, não é um ser passivo, que apenas vê e ouve a realidade e a registra. Esta, por sua vez, não é estática, não é algo pronto e acabado, é construída no encontro entre sujeitos humanos e o mundo em que vivem. Portanto, é feita na interação (ação entre), que é mediada pela linguagem.

A possibilidade do ser humano se constituir enquanto sujeito e de se apropriar das conquistas anteriores da espécie humana (cultura) está, de um lado, relacionada ao desenvolvimento de seu sistema nervoso e, de outro, à qualidade das trocas que se dão entre os homens, ou seja, à qualidade do processo educativo do qual faz parte. Desta forma, consideramos que tanto a maturação quanto o processo educativo,

incluindo aí o ensino, exercem influência sobre a construção de conhecimentos e, portanto, sobre a constituição e desenvolvimento dos seres humanos.

O processo de ensino e aprendizagem é concebido para formar sujeitos autônomos, participantes de um mundo que está em constante mudança, exigindo, sempre, posicionamento e reflexão de quem nele atua. Para isto, as propostas de trabalho para o aluno devem dar condições para que ele exerça a tomada de decisões, desenvolva a capacidade de colaborar e trabalhar em equipe e a capacidade de desenvolver projetos, agindo eticamente. E, ainda, que sejam desafiadoras, instiguem a criatividade dos alunos, promovam a mobilização de esquemas mentais complexos e significativos.

O conhecimento, nesta perspectiva, é fruto de um processo de interação entre sujeito e objeto do conhecimento e entre os sujeitos. A relação de ensino-aprendizagem supõe um vínculo entre a sala de aula e a realidade.

A educação, na Escola Comunitária **VEREADOR ALMEIDA**, tem como meta propiciar a evolução do ser humano, passando de um ser ainda dependente quando nasce, para um adulto competente e autônomo, conquistando no decorrer do tempo a sua realização pessoal, interpessoal e social.

É pela educação que o ser humano vai se capacitando para definir e escolher projetos de vida e alcançar a sua realização, que vai além da simples sobrevivência.

O ensino, portanto, deve contribuir para que o aluno construa conhecimentos das diferentes ciências, competências e habilidades, atitudes e valores, necessários para realizar o seu projeto de vida.

Nessa perspectiva, aprender não é simplesmente absorver e acumular informações. É tornar-se capaz de utilizar os conhecimentos e agir de forma competente e ética. Por isto nos identificamos com as metodologias ativas, interativas e colaborativas. Não apenas com um fazer mecânico, mas um fazer consciente e reflexivo, no qual os alunos constroem conhecimento, interagindo com os professores e o ambiente, e colaborando com seus pares. Assim, o conhecimento é construído em estreita relação com os contextos em que são utilizados, levando em conta os aspectos cognitivos, emocionais e sociais presentes.

Para isso, é preciso que a Escola tenha contextos e situações de aprendizagem suficientemente pensadas, planejadas, variadas e efetivas, para permitir que os alunos encontrem neles oportunidades reais de desenvolver conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e valores.

Dentre as características desta concepção de ensino e aprendizagem, destacamos, assim, três grandes norteadores deste processo:

- 1º) A **relevância** dos conteúdos e contextos que serão aprendidos, isto é, que o aluno possa atribuir sentido;
- 2º) A **funcionalidade** de sua aprendizagem, ou seja, que o aluno possa utilizar e vivenciar o que está aprendendo em situação de vida real;
- 3º) A **significatividade**, isto é, que o aluno possa ancorar os novos conteúdos aos seus conhecimentos prévios.

Por fim, se estamos em busca de ressignificar a educação e nela, os processos de ensino e aprendizagem, é preciso ter em conta a perspectiva da complexidade proposta por Edgar Morin (1999):

"Uma tradição de pensamento bem enraizada em nossa cultura que molda espíritos desde a escola elementar nos ensina a conhecer o mundo por meio de ideias claras e independentes. Esta mesma tradição nos estimula a reduzir o complexo ao simples, a separar o que está ligado, a unificar o que é múltiplo, a eliminar tudo o que traga desordens ou contradições para o nosso entendimento. O problema crucial de nosso tempo é o da necessidade de um pensamento apto a enfrentar o desafio da complexidade do real, isto é, de perceber as ligações, interações e implicações mútuas, os fenômenos multidimensionais, as realidades que são, simultaneamente, solidárias e conflituosas. Devemos reaprender a pensar."

9. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Educação Infantil, embora tenha mais de um século de história somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias. O artigo 208 da constituição federal no capítulo IV, garante a Educação Infantil em Creche e Pré – escola, as crianças até 5 anos de idade.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional evidenciou a importância da Educação Infantil que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica. Dessa forma, trabalho Pedagógico com a criança de 2 a 06 anos adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional, qual seja: atender especificidades do desenvolvimento das crianças dessa faixa etária e contribuir para construção e o exercício de sua cidadania.

Também define a finalidade da Educação Infantil como o desenvolvimento integral da criança até 06 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Esses vários aspectos como dimensões do desenvolvimento e não como coisas distintas ou áreas separadas e fundamentais, pois evidencia a necessidade de se considerar a criança como um todo, para promover o seu desenvolvimento integral e sua inserção na esfera pública e privada, conforme preleciona o artigo 209 da Constituição Federal de 1988:

Art. 209. O ensino é livre a iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I. Cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II. Autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

O MEC em 1998 publicou documento subsídio para o credenciamento e o funcionamento das instituições da Educação Infantil. Essa publicação, organizada por conselheiros representantes dos Conselhos de Educação de todos os Estados e do Distrito Federal, com a participação de representantes da União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação, de membros convidados da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de consultores e especialistas,

sob a coordenação de dirigentes do MEC, contribuiu significativamente para a formulação de diretrizes e normas para a Educação Infantil no Brasil.

Embora a discussão sobre currículo e proposta pedagógica seja antiga em nosso País, foi no processo de articulação, levado a efeito tanto durante o período da Constituinte como nos momentos posteriores à promulgação da Constituição de 1988, que essa questão foi ganhando contornos, que envolviam a Educação Infantil. Essas discussões, que apontavam para a necessidade de uma Proposta Pedagógica Curricular para a área, ganharam maior força no período de discussão e elaboração da LDB (Lei nº 9394/96), quando já era possível visualizar a incorporação da Educação Infantil no sistema Educacional.

Foi nesse contexto que a Coordenação Geral de Educação Infantil – COEDI buscou conhecer as propostas Pedagógicas Curriculares em cursos nas diversas unidades da Federação e investigou os pressupostos em que se fundamentavam essas propostas, as diretrizes e os princípios que norteavam o processo no qual foram construídas e as informações metodológicas para subsidiar as instâncias, executoras de Educação Infantil na análise, na avaliação e/ou na elaboração de suas Propostas Pedagógicas Curriculares.

Dessa forma, a Lei reconheceu, ao mesmo tempo, a ação pedagógica de professores, construída no cotidiano das instituições de Educação Infantil, juntamente com as famílias e as crianças, bem como a riqueza e a diversidade brasileira, que acolhem realidades extremamente diferenciadas. Com isso, a questão da diversidade, no que diz respeito ao currículo/proposta pedagógica, pode ser garantida. No entanto, acredita-se também que era necessário, além do respeito à diversidade, garantir certa unidade qualitativa as propostas das instituições e fornecer subsídios teóricos aos professores e as suas instituições no desenvolvimento de tarefa, determinada pela legislação.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil -RCNEI consiste num conjunto de referências e orientações pedagógicas, não se constituindo como base obrigatória à ação docente. Ao mesmo tempo em que o MEC elaborou o RCNEI, o Conselho Nacional de Educação definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, com caráter mandatório.

De acordo com a Resolução nº 1 de 07 de abril de 1999, no seu Artigo 2º essas Diretrizes constituem-se na doutrina sobre princípios, fundamentos e procedimentos da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientarão as instituições de Educação Infantil dos sistemas brasileiros de ensino na organização, na articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. Ambos os documentos têm subsidiado a elaboração das novas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil.

A Constituição Federal atribuiu ao Estado, hoje ao Município o dever de garantir o atendimento às crianças de 0 a 05 anos, creches e pré-escolas. O artigo 213 destina recursos a ser dirigido as escolas comunitárias, com isto a Constituição Federal garante a oferta de educação de qualidade para estes alunos de 0 a 5 alunos.

Especificando ainda mais, determinou que os municípios atuassem prioritariamente no ensino fundamental e na Educação Infantil (art. 211, § 2º). A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) estabelece em seu art. 11, inciso V, que os municípios incumbir-se-ão de oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental, permitindo a atuação em outros níveis de ensino apenas quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Em decorrência desta responsabilidade constitucional, o aumento da matrícula de crianças de 0 a 5 anos na rede pública de ensino deu-se em função de compromisso e da vontade política de gestores públicos municipais que, apesar das restrições orçamentárias, procuraram garantir maior e melhor oferta para Educação Infantil. Aprovado em 2001, o Plano Nacional de Educação, que assim se expressa em relação às competências aos Federados:

Na distribuição de competências referentes à Educação Infantil, tanto a Constituição Federal quanto a LDB são explícitas na co-responsabilidade das três esferas de governo - município, estado e União - e da família. A articulação com a família visa, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de Educação, valores, expectativas, de tal maneira que a

educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas. Quando as esferas administrativas, a União e os estados atuarão subsidiariamente, porém necessariamente, em apoio técnico e financeiro aos municípios. (art. 30 VI, Constituição Federal).

O Plano Nacional de Educação - PNE ressalta ainda que a ampliação do ensino se dá a partir da implantação e do planejamento de diretrizes para o atendimento integral da criança de 0 a 5 anos abrangendo os aspectos: físico; motor; cognitivo; emocional; psicológico linguístico e social bem como deve favorecer o desenvolvimento infantil para que a interação e convivência na sociedade seja produtiva e marcada por valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

10. PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS

A presente proposta passa pelo pensamento dialético, no qual deve ser entendida que o conhecimento é construído a partir da interação sujeito e objeto, na intermediação das diferentes linguagens e na ação pedagógica do professor, em busca do conhecimento das reais condições sócio afetivas e intelectuais de cada criança. Tendo em vista que o principal objetivo da educação é formar cidadãos autônomos, considerar a Educação Infantil em direção à autonomia significativa ver as crianças como seres que tem vontade própria, é constatar que pensam e são capazes de construir seu saber.

Autonomia é, portanto, ter a capacidade de se conduzir e tomar decisões, levando em conta as regras, valores e perspectivas pessoais e do outro. A criança nesta faixa etária atravessa a fase da heteronímia, em que ela respeita regras e valores que vêm de fora, ou seja, de um adulto. E, a partir da interação adulto – criança, em busca da maturidade, ela compreende que as regras são passíveis de discussões e reformulações, o que leva Constance Kamii a afirmar que a essência da autonomia é que as crianças se tornem aptas a tomar decisões por si mesmas [...], levando em consideração os fatores para agir da melhor forma para todos (1996 p.108).

É necessário que o professor compreenda os modos próprios das crianças se relacionarem, agirem, sentirem, pensarem e construïrem conhecimentos, a fim de direcionar suas ações, não esquecendo os limites essenciais do ambiente, e o que ela tem internamente como: afetividade, conhecimento, sociabilidade, etc.

11. PRESSUPOSTOS PSICOLÓGICOS

✓ A Criança, o Desenvolvimento e a Aprendizagem

A Educação Infantil pode ter um significado particularmente importante, quando se fundamenta numa concepção de criança como cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo da construção do seu conhecimento.

Pensar o significado de Ser criança não é tarefa fácil num contexto tão diversificado e contraditório, como é a sociedade contemporânea, isto porque trabalhar a concepção de criança numa perspectiva histórica demanda compreendê-la como fruto das relações sociais com as diversas maneiras de ver a criança que produzem a consciência da especificidade da infância, portanto, a concepção de criança varia em decorrência da sociedade onde ela é concebida e entendida como um ser social que necessita ser respeitada e valorizada nas instituições de Educação Infantil.

Para Piaget a criança demonstra formas de perceber, compreender, e se comportar diante do mundo, próprias de cada faixa etária, isto é, existe uma assimilação progressiva do meio ambiente que implica uma acomodação das estruturas aos dados do mundo exterior. Sendo que a criança estabelece interações com os objetos do meio físico, onde essas interações são importantes para contribuir com o desenvolvimento do pensamento, pois o que está em jogo, é a construção do conhecimento científico, onde o professor permite que a ação pedagógica aconteça numa relação de maior intimidade intelectual com as crianças em cada momento do desenvolvimento e de suas condições de pensamento. Assim, a criança constrói e reconstrói continuamente as estruturas que a tornem cada vez mais apta ao equilíbrio.

Enquanto que para Vygotsky (1987) a criança é um ser ativo, que age sobre o mundo e estabelece interações com o meio e com o outro, tendo em conta as características sociais e culturais. O meio cultural é mediador do processo de desenvolvimento por estar em jogo à construção do conhecimento social. Sua teoria fundamenta-se nas relações sociais entre o indivíduo e o mundo exterior, desenvolvendo-se num processo histórico, em que a relação homem-mundo é mediada

por sistemas simbólicos (língua). Vemos a família e os demais grupos sociais como co-autores da construção do indivíduo.

Para ele, a vivência em sociedade é essencial para a transformação do homem biológico em ser humano. É pela aprendizagem nas relações com os outros que construímos os conhecimentos que permitem nosso desenvolvimento mental. Segundo o psicólogo, nenhum conhecimento é construído pela pessoa sozinha, mas sim em parceria com as outras, que são os mediadores.

As teorias fornecem instrumentos que contribuem para a formulação de uma pedagogia de orientação construtivista e sociointeracionista, onde o indivíduo adquiriu conhecimento, habilidades, valores e atitudes a partir desse contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas. Essa construção inclui os conhecimentos prévios e a contribuição ativa do aluno.

Os pressupostos psicológicos definidos na Proposta podem ser assim expressos: atividade como fator de aprendizagem e desenvolvimento; aproveitamento dos conhecimentos prévios; o desafio apresentado pelos conteúdos, adequação dos conteúdos ao nível de desenvolvimento e a interação como fator de promoção da aprendizagem.

12. PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS

A criança de 0 a 5 anos, deve ser vista como um ser íntegro e sujeito de uma história social que tem direito ao conhecimento, que está sendo inserido em uma cultura e dela participar ativamente, a quem deve ser garantido o direito à educação com elevado nível de qualidade. Em consonância com o estabelecido na Resolução nº1/99/CEB, que fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil tornando como princípios pedagógicos norteadores da proposta o respeito à identidade da criança, a interdisciplinaridade, a contextualização, o respeito às diversidades e a inclusão, isso implica assegurar a criança o direito a educação e ao saber de maneira integrada, as ações de educar, o cuidar e o brincar, associando estas funções a padrões de qualidade que visem inserir a criança no seu contexto social, ambiental e cultural. Levando em conta as especificidades de sua idade, por meio de um projeto pedagógico voltado para ludicidade, para o desenvolvimento das diversas linguagens simbólicas, para as interações sociais, para os jogos e brincadeiras e para vivência da infância.

Nesta proposta, o professor deve observar e conhecer suas necessidades para que seu trabalho atinja objetivos em relação à preservação da vida e ao desenvolvimento das diversas capacidades infantis. Para que isto ocorra, suas atitudes e procedimentos devem basear-se no conhecimento específico do desenvolvimento lógico, emocional e intelectual da criança. Cuidar da criança é acima de tudo, compreender sua singularidade e interessar-se sobre o que ela pensa, sente e sabe de si e do mundo, visando ampliar seus conhecimentos e habilidades, para que aos poucos, torne-se independente e autônoma.

A origem da identidade está no grupo de pessoas com quem a criança convive e interage desde o início da vida, sendo a família o seu primeiro grupo de socialização. Também participa de outros universos sociais, como festas populares de sua cidade ou bairro, igreja, feira onde tem outras experiências, somando-se uma série de valores, crenças e conhecimentos que já traz quando entra na escola.

No entanto, é na escola que a criança alarga suas experiências devido à convivência com outras crianças e com os adultos de origens e hábitos culturais

Fls. Nº 36
Proc. Nº 9090/20
Rubrica 12
Paço do Lumiar-MA

diversos, etnia diferente e conhecimentos de outras realidades distantes. A forma como a criança é recebida pelo professor e pelo grupo tem grandes impactos na formação de sua personalidade e de sua auto-estima, até porque sua identidade está em fase de construção, pois ela possui, como qualquer criança, competências próprias para interagir com o meio.

Assim, a atitude de aceitação é positiva para todas as crianças, visto que aprenderão sobre a diferença e a diversidade que constituem o ser humano e a sociedade, portanto, a escola cumpre o seu papel de socializadora, à medida que propicia o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio da aprendizagem diversificada e realizada em situações de interação na superação da visão restrita de mundo. Compreender a criança como um sujeito histórico e culturalmente localizado, significa dizer que a ação educativa com ela caminha no sentido de ampliar seu repertório vivencial, trabalhando com suas práticas sociais e culturais. Estas oferecem a possibilidade, através das mais variadas propostas, de elaborar e ampliar os conhecimentos, como também, de construir tanto a identidade pessoal de cada criança como a de cada grupo.

13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Diante dos desafios da sociedade contemporânea e das definições da LDB, há que se pensar o currículo em função da concepção de criança, de desenvolvimento e de aprendizagem.

A organização curricular da creche e pré-escola com fundamentação sociocultural reconhece e valoriza as diferenças existentes entre as crianças de distintas faixas etárias e acredita na interação entre indivíduos, primando pela viabilização dos princípios pedagógicos da interdisciplinaridade, contextualização, diversidade e participação, tomando a realidade das crianças como ponto de partida para o trabalho.

O caráter ativo da criança é visto, aqui, como aspecto relevante, que possibilita a realização de atividades desafiadoras, significativas e prazerosas, constituindo ponto chave para a concretização de autonomia e identidade da criança.

A estrutura curricular da proposta subdivide-se em campos de ação tematizados como:

- Identidade e autonomia (Formação Pessoal e Social)
- Linguagem Oral e escrita;
- Movimento;
- Natureza e Sociedade;
- Matemática;
- Artes Visuais
- Música

Os conteúdos propostos constantes do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) deverão ser feitas nas unidades escolares, em função das características das diferentes fases do desenvolvimento infantil e das formas de agrupamento adotadas.

As atividades serão propostas em função dos interesses das crianças, podendo ser caracterizadas como atividades de livre escolha, atividades coletivas, atividades permanentes ou rotina e atividades para a interação com a comunidade.

A Identidade e Autonomia referem-se às experiências que favorecem a construção do sujeito, e, estão organizadas de forma a explicitar as questões que envolvem o desenvolvimento de capacidades de natureza global e afetiva, seus esquemas simbólicos de interação com os outros e com o meio, assim como a relação consigo mesmas. Estes eixos estão intimamente relacionados ao processo de Socialização.

✓ **Linguagem oral e escrita**

Conforme RCNEI (BRASIL, 1999), a Educação Infantil, portanto, deve promover experiências significativas de aprendizagem da língua e ampliar as capacidades de comunicação e expressão associadas às quatro competências linguísticas básicas: escutar, falar, ler e escrever.

A linguagem está presente na vida das crianças, tanto nas suas relações sociais do cotidiano, quanto na prática das instituições de educação infantil, o que se dá na medida em que todos se comunicam e expressam seus sentimentos e ideias. Além da linguagem e escrita.

A partir da Educação Infantil, inicia-se o processo de aprendizagem institucionalizada, sistemática, aonde a criança irá se desenvolver de forma harmoniosa, relacionar e integrar-se com o outro, descobrindo sua identidade e conquistando sua autonomia. É no convívio que a criança amplia o seu conhecimento de mundo e se torna um cidadão crítico, criativo, capaz de agir e interagir no seu ambiente e adquire domínio da língua materna através da participação em conversas, brincadeiras e atividades de leitura.

Desse modo, organizar-se-á a prática voltada para a promoção das seguintes capacidades:

- Utilizar a linguagem oral e escrita em situações diversas, permitindo, dessa forma, a expressão de seus pensamentos;
- Adquirir o gosto pela leitura a partir da diversidade de textos e das diferentes técnicas favoráveis a sua compreensão;

- Produzir textos utilizando técnicas diversificadas ou explorando situações do cotidiano;

- Aprender a ouvir e respeitar as opiniões dos outros.

O ensino da Língua Portuguesa na Educação Infantil, nesta proposta, apresenta-se de forma integrada e prática, contemplando 3 blocos: O falar e escutar; Práticas de leitura e Práticas de escrita. Os conteúdos são apresentados em forma de atividades.

✓ **Objetivos específicos**

- Explorar o ambiente numa atividade investigativa através da realização de experiências, pesquisas e projetos educativos;

- Apropriar-se das diferentes formas de representação verbal e visual, de modo a interagir com os outros através da linguagem oral e escrita e de outras formas de interação social;

- Desenvolver habilidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais, necessárias a uma vivência saudável;

- Estabelecer relações afetivas com os adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando suas possibilidades de comunicação;

- Ampliar experiências e conhecimentos, interessando-se pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade;

- Ampliar gradativamente as relações sociais, o interesse pelo conhecimento possibilitando atitudes de respeito diversidade, ajuda e colaboração.

✓ **Orientações metodológicas**

Falar e Escutar

A linguagem oral é o meio linguístico primordial dos seres humanos. É basicamente através da comunicação oral que a criança desenvolve sua expressão mais forte de toda bagagem cultural que possui e de suas experiências de vida.

Cabe ao professor, portanto, propiciar atividades em que as crianças falem de suas impressões, sentimentos, ideias, desejos e que as escute, traduzindo os seus modos de falar e observando seus gestos e movimentos ao se comunicarem.

A roda de conversa é o momento extremamente importante para ampliação da competência verbal dos alunos, sobretudo por permitir que a criança exercite e desenvolva sua capacidade comunicativa. O professor deve mediar esta situação pedagógica, de modo que através do entendimento do respeito ao tempo de fala do outro, regras sejam construídas, no sentido de colaborar para a fluência do diálogo.

A escrita também deve aparecer nestes momentos, no planejamento diário, no registro das regras, na anotação de ingredientes de uma receita, leitura de diferentes fontes de pesquisa (jornais, revistas, enciclopédias, livros), entre outros. Pode-se, ainda, criar momentos nos quais a criança possa ouvir e cantar músicas que conhece, declamar poesias, dizer parlendas, trava línguas, adivinhas e participar de jogos com rimas e sonorização. As conversações sobre assuntos diversos de forma intencional, passeios, filmes, excursões, acontecimentos, constituem momentos interessantes e indispensáveis para a ampliação do universo discursivo e cultural da criança.

É importante que o professor planeje situações de comunicação que exijam diferentes graus de formalidade, como as expressões de cortesia (bom dia, desculpe, com licença etc.), conversas, exposições orais, entrevistas, narração de fatos, discussão sobre filme e histórias lidas, apresentação de palco ao vivo com textos memorizados, etc.

Devemos ter em mente, refletindo ainda sobre a questão da oralidade que é um dos objetivos primordiais nesta área do conhecimento, a criação de estratégias para que o aluno utilize em toda plenitude sua oralidade na interlocução com os outros, fazendo com que a sistematização desta, através do registro escrito, tenha para a criança um imediatismo significativo.

Entendemos que a ação pedagógica deve estar voltada para elaboração de objetivos que não dicotomizem forma e conteúdo, presentes nos aspectos ortográficos, léxicos e gramaticais da língua. Deve ocorrer em um contexto no qual se reconheça os conhecimentos que a criança já tem acerca da leitura e da escrita, de forma que

possibilite a emissão de um sentido a esta prática social, tendo como referência a práxis onde se sustenta.

O que a escola, tradicionalmente, considera como interesse das crianças nem sempre coincide com os delas. A criança, quando entra para a escola, já tem muitos conhecimentos. Não podemos considerar, portanto, que não tenha nenhum conhecimento sobre a língua escrita. Já viu seu nome escrito, já participou de atividades sociais em que a leitura são elementos importantes; enfim, certamente já fez algum tipo de reflexão sobre o significado que tem para ela a leitura ou a escrita. (Teberosky & Cardoso, 1993, p.24).

Práticas de leitura

A leitura de um texto não começa pelas palavras. Muitas vezes, as pessoas reconhecem um determinado tipo de texto por suas características visuais. A leitura supõe a nossa compreensão, pois é um tipo de diálogo entre o leitor e o texto em que os nossos conhecimentos de mundo também se fazem presentes. É necessário propor antecipações, pois o leitor realiza um trabalho de construção do significado do texto a partir do conhecimento que já possui.

Para começar, nada mais significativo do que trabalhar textos conhecidos como parlendas, músicas, brincadeiras de rodas, trava - línguas que depois de repetidos, possibilitam às crianças atentarem para os aspectos sonoros da linguagem e a forma como são escritos. Cabe ao professor realizar atividades de leitura com frequência, utilizando uma diversidade de textos.

Nessa perspectiva, aprender a ler e a escrever não tem fim em si mesmo; não basta memorizar os símbolos de escrita e saber juntá-los, usando apenas a codificação e decodificação. Entende-se que o conteúdo usado é também pretexto para desenvolver funções cognitivas e operações mentais, tais como identificar, analisar, selecionar, organizar, comparar, diferenciar, levantar hipótese que, se bem desenvolvidas, beneficiarão a criança em outras situações de raciocínio.

Para favorecer a prática de leitura, o professor deve organizar momentos livres de leitura e também, estabelecer o sistema de empréstimo de livros, contemplando as habilidades operatórias, competências procedimentais e atitudinais em que aprender a

ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e a viver juntos, possam estar em sintonia com o conteúdo.

✓ **Práticas de escrita**

O trabalho com leitura e escrita precisa ser simultâneo. A partir dos textos conhecidos, a criança pode escrevê-lo da forma como sabe, identificando a utilização do mesmo no dia a dia.

Todas as atividades devem estar voltadas para a questão sobre o que vem a ser a leitura e a escrita. A sala de aula deve ser um ambiente dinâmico, envolvente, catalisador dos interesses e desejos dos alunos. Nesse contexto o professor tem o papel de mediador, levantando questões sobre as concepções e hipóteses de leitura e de escrita trazidas pelas crianças, além de propiciar situações onde a contradição seja como elemento desestabilizador, a fim de que possam reconstruir sua conceitualização inicial sobre o significado de ler e de escrever. Nesse sentido é importante que os alunos convivam com produções ricas e desafiadoras que possam contribuir, significativamente, para o enriquecimento da imaginação, em que se integra o imaginário ao real.

Deve-se ainda buscar estratégias que contribuam para suscitar na criança o prazer de ler e escrever. Ressaltamos que, para este fim, a emissão de significados representa um meio relevante. Uma estratégia que contribui para esta busca é o professor se fazer mediador, trazendo para a sala de aula e oferecendo aos alunos um acervo diversificado, contemplando nesta heterogeneidade os diversos tipos de textos representantes do acervo escrito produzido pela humanidade, tais como parlendas, trava-línguas, fábulas, poesias, notícias bilhetes etc. Expor para a criança repertório variado contribui ainda para a formação de um leitor autônomo com as condições necessárias para se relacionar plenamente com o objeto de conhecimento. Para tanto, se torna fundamental que o professor selecione bons textos.

- Utilizar fichas com letras ou alfabeto móvel para construção de palavras significativas da parlenda;

- Fatiar todo o texto fazendo fichas com todas as palavras para que o remontem;
- Dramatização da parlenda;
- Construção de bingos;
- Caça-palavras;
- Brincar de rima;
- Completar os versos;
- Escrever palavras que rimam.

Trabalho com a sequência lógica: fatia o texto em frases para que seja remontada.

Trabalho com música

Trabalho com a música a partir de um texto no papel 40 kg
Professor deve:

- Solicitar aos alunos que façam gestos para representar os versos (bater palma, bater o pé, girar);
- Imitar o caranguejo (caminhar e correr de lado);
- Traçar o movimento da maré no chão para que os alunos andem sobre ele;
- Leitura do texto e conversa com a criança sobre o habitat dos animais (preservação do meio ambiente);
- Pintar no texto as palavras significativas;
- Descobrir outras palavras de sons e letras semelhantes e diferentes;
- Confecção de um dicionário;
- Recorte e colagem de palavras, com mesmo som inicial e final;
- Reescrita do texto com ilustração;
- Escrita espontânea de nomes de animais;
- Exposições das produções;

A utilização de alfabeto móvel será de grande ajuda para a criança comparar, descobrir, corrigir, trocar ideias e informações com os colegas, além de permitir fazer e desfazer a escrita.

14. SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Trabalho com Parlendas

As parlendas são lendas cantadas ou faladas, em forma de pequenos versos rimados do nosso folclore que tem como objetivo facilitar, através da recitação, a construção da leitura e da escrita. É um tipo de texto que permite elaborar inúmeras atividades de leitura, interpretação e produção de texto.

Na atividade citada acima o professor oportuniza à criança, o resgate de suas raízes, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento da expressão oral e corporal, trabalhando sistematicamente com os aspectos relevantes da linguagem tais como: o ritmo, a melodia e a escrita. Para sistematizar esta intencionalidade educativa, deve escrever a letra da parlenda numa folha grande (papel pardo ou 40 kg) na presença do grupo, e colocá-la na altura de sua visão. O professor deve ler para elas em voz alta apontando cada palavra, o que auxiliará na hora em que as crianças sozinhas, em duplas ou em grupos, possam ler e cantar. Pode ainda distribuir o texto escrito, solicitando a localização de palavras significativas em seu interior, ou chamar uma criança (ajudante do dia) para localizar palavras no texto exposto em papel 40 Kg. Através de uma leitura coletiva, tendo como referência a linha melódica e o conhecimento da letra da música ou parlenda previamente memorizada pelos alunos. Além disso, o professor deve explicar o significado de parlenda; brincar com a parlenda repetindo até as crianças memorizarem; fazer brincadeira **CORRE CUTIA**; distribuir fichas com as palavras que faltam para os alunos colocarem no lugar (papel pardo ou 40 kg).